

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 12 | edição nº 2 | 2023

*A política externa bolsonarista: a tentativa da
construção da autonomia pela ideologia*

Mauricio Doro

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

*A Brazilian Journal of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex*

A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA: A TENTATIVA DA CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA PELA IDEOLOGIA

Mauricio Doro I

Resumo: A eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018 sinalizou um momento de fragmentação do tecido social brasileiro, na qual as ideias de extrema direita defendidas pelo ainda candidato passaram a pautar o debate público brasileiro. Quando eleito, Bolsonaro tratou de pautar a condução da política do país sob a visão conservadora e, na política externa, a agenda dominante em um primeiro momento foi o anti-globalismo. Isso foi possível graças ao movimento internacional de ascensão da extrema direita, no qual possibilitou uma aproximação do presidente brasileiro de seus pares. Com isso, a diplomacia implementada por Ernesto Araújo buscou defender os valores ocidentais no cenário internacional e com isso alcançar ganhos para o Brasil principalmente a partir das parcerias ideológicas. Essa percepção será visível nas escolhas do executivo nacional em temas de política externa, como será demonstrado ao longo do texto. Dessa forma, o presente artigo busca argumentar acerca da tentativa buscada pelo presidente e pelo Itamaraty da busca pela autonomia através dessa cooperação ocidental ideológica. No entanto, conforme será argumentado, essa tentativa não logrou sucesso por dois fatores: as derrotas internas que afetaram o governo, principalmente com a pandemia do COVID-19 e a vitória de Joe Biden nas eleições americanas, simbolizando uma derrota do projeto político da extrema-direita.

Palavras chave: Jair Bolsonaro; Autonomia pela Ideologia; Política Externa Ideológica

Abstract: The election of Jair Bolsonaro in 2018 signaled a moment of fragmentation of the Brazilian social fabric, in which the extreme right-wing ideas defended by the candidate began to dominate the Brazilian public debate. When elected, Bolsonaro tried to guide the conduct of the country's politics under a conservative vision and, in foreign policy, the dominant agenda at first was anti-globalism. This was possible thanks to the international movement of the rise of the extreme right, which enabled a rapprochement between the Brazilian president and his peers. With this, the diplomacy implemented by Ernesto Araújo sought to defend Western values in the international arena and thus achieve gains for Brazil mainly through ideological partnerships. This perception will be visible in the choices made by the national executive on foreign policy issues, as will be demonstrated throughout the text. In this way, this paper seeks to argue about the attempt sought by the president and Itamaraty to seek autonomy through this Western ideological cooperation. However, as will be argued, this attempt was not successful due to two factors: the internal defeats that affected the government, mainly with the COVID-19 pandemic, and Joe Biden's victory in the American elections, symbolizing a defeat of the extreme right-wing political project.

Keywords: Jair Bolsonaro; Autonomy through Ideology; Ideological Foreign Policy

INTRODUÇÃO

“A autonomia, entretanto, continua a ser um objetivo essencial para o Brasil, ou seja, devemos buscar sempre ampliar nossa capacidade de atuar no meio internacional com margem de escolha e manobra suficiente – não completa, evidentemente – para seguir os caminhos delineados pela vontade nacional, pelas opções e condições do País” (LAMPREIA, p.8, 1998). O grande tema da política externa brasileira, historicamente, é a questão da autonomia e do desenvolvimento econômico. Ambos,

¹ Mestrando em Relações Internacionais PPGRI San Tiago Dantas

inexoravelmente, perpassam uma mesma percepção geral: a defesa dos interesses brasileiros no cenário internacional. No primeiro, essa defesa destina-se a temas políticos, enquanto ao segundo recai a percepção de uma economia orientada pelos interesses do mercado interno.

Com isso, o presente artigo tem por objetivo avaliar como o tema da autonomia aparece na agenda da política externa implementada por Jair Bolsonaro ao longo da chancelaria de Ernesto Araújo (2019-2021). A eleição de Bolsonaro representou uma vitória nas urnas de um projeto conservador e com raízes na extrema-direita e, conseqüentemente, deu ao executivo nacional a capacidade de implementar uma agenda contrária à ordem liberal internacional (CASARÕES, FARIAH, 2021).

Tal agenda estava em concordância com alguns aspectos da política anti-multilateralismo e nacionalista de Donald Trump, na qual a consequência foi a saída do Acordo de Paris, exemplo evidente da política conservadora implementada na agenda internacional americana. Com isso, Bolsonaro encontrou apoio a sua diplomacia em dois vetores: um interno, com a frustração social pós-gestão petista, o que garante a vitória eleitoral do projeto bolsonarista; e um externo, com a ascensão desses movimentos de extrema-direita e a fragilidade que a ordem internacional contemporânea vinha demonstrando e que encontra, na saída do Reino Unido da União Europeia, o seu melhor exemplo.

A partir disso, percebe-se que a busca pela autonomia no governo Jair Bolsonaro assume um novo paradigma: a autonomia pela ideologia. Como será demonstrado, esse anseio tem base em uma política externa ideológica que se fundamenta em uma percepção sobre a possibilidade de cooperação com outros países nos quais haja concordância filosófica. No entanto, é importante frisar que a autonomia pela ideologia não logrou êxito por dois motivos, como será argumentado: o pragmatismo imposto por setores econômicos internos e a redução da capacidade de manobra dos países decorrente da pandemia do COVID-19. A consequência desse processo foi o isolamento diplomático que recaiu sobre Brasil e a sua condição de pária internacional.

Com isso, a metodologia utilizada baseia-se na revisão bibliográfica teórica sobre o conceito de autonomia à luz da teoria das Relações Internacionais, bem como da revisão bibliográfica acerca da diplomacia implementada pelo Itamaraty durante o período de Araújo à frente da pasta. Dessa forma, o presente texto divide-se em outras duas seções, uma primeira para a política externa bolsonarista e outra para a definição de autonomia e a compreensão da autonomia pela ideologia.

A POLÍTICA EXTERNA BOLSONARISTA: A COMPREENSÃO IDEOLÓGICA SOBRE OS CENTROS DE PODER

A eleição de Jair Bolsonaro para comandar o executivo brasileiro não é um fato isolado na política internacional e pode ser compreendida como parte de um movimento de ascensão da extrema direita. Outros casos que ilustram tal processo são Modi na Índia, Trump nos Estados Unidos, Orbán

na Hungria e o ganho de popularidade de Le Pen na França. Tais projetos políticos encontram lastro na frustração social vivida pelo país e, no caso brasileiro, a operação Lava Jato e as denúncias de corrupção sobre o Partido dos Trabalhadores abrem margem para figuras como Jair Bolsonaro e o principal idealizador do projeto de governo, Olavo de Carvalho.

Em termos de política externa, Ernesto Araújo ficou responsável por atribuir à diplomacia brasileira os valores anti-globalistas, conservadores, cristãos e de defesa do livre mercado (CASARÕES; FARIAS, 2021). Em discurso de posse, Ernesto Araújo sinaliza a recusa pela ordem internacional liberal: “O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global” (ARAÚJO, 2019). Em termos práticos, essa recusa à estrutura internacional e a adoção de uma política externa ideológica gerou, paulatinamente, um isolamento diplomático por parte do Brasil. Nesse sentido, o presente artigo compreende por política externa ideológica:

An ideological foreign policy emphasizes principles and doctrinaire solutions over adaptability and the practical consequences of assertions and actions. Compatibility with established principles is the key criterion with which to assess the merit of foreign policy. Although ideological stances are clearly not necessarily dogmatic, a foreign policy based on ideology prioritizes preconceived positions and remedies over their actual viability and usefulness. An ideological foreign policy may be associated with and characterized by relatively short-term planning and a personalized vision of international relations related to a specific leader or administration rather than to a consistent national interest. (GIARDINI, P. 17, 2011)

A partir disso, a política externa desenvolvida por Bolsonaro e Araújo pode ser caracterizada como ideológica, pois prioriza soluções com bases doutrinárias em detrimento de soluções adaptativas exigidas pela estrutura internacional. Em termos de parceiros, Bolsonaro buscou lograr apoio junto aos seus pares em outras nações, nos quais o nacionalismo e o conservadorismo colocaram-se como aglutinador dessas lideranças. Bolsonaro buscou desenvolver uma diplomacia formulada a partir do pensamento da sua ala ligada a Olavo de Carvalho e, com isso, aplica uma visão personalista da política internacional, na qual o planejamento constata-se evidentemente em curto prazo. O melhor exemplo para pensar nesse cenário foi a tentativa da mudança da embaixada de Israel para Jerusalém, na qual pode-se questionar os ganhos que haveria com tal opção.

Nesse sentido, Bolsonaro foi eleito, em termos de política externa, com o objetivo de, segundo o seu projeto de governo, conduzir o Brasil de maneira contrária à onda globalista internacional. Por globalismo, pode-se entender como “[...] projeto político que visa à construção de um governo global, por parte das elites econômico-financeiras ocidentais, construindo seu controle total pela imposição de uma cultura única e transnacional.” (CASARÕES, 2019, p. 249). Além do globalismo, Casarões e Fariah (2021) argumentam ainda que existem outros dois princípios na condução da política externa bolsonarista: o nacionalismo e o conservadorismo.

Uma vez eleito, Bolsonaro alterou o eixo de orientação da diplomacia brasileira, se comparado à gestão petista. Em detrimento das relações com o Sul, o principal foco da análise internacional da cúpula ideológica, composta por Ernesto Araújo, Filipe Martins e Eduardo Bolsonaro, para a política externa passou a ser Washington, mais especificamente Donald Trump, como apontam Guimarães e Silva (2021):

Esse alinhamento a Trump pode ser analisado no artigo “Trump e o Ocidente”, escrito por Ernesto Araújo antes mesmo de assumir seu cargo à frente do MRE. Ao longo do texto, Araújo desenvolve a narrativa na qual o ex-presidente americano seria o único estadista defensor declarado da ideologia do Ocidente, contrário ao multilateralismo e em defesa dos valores conservadores.

Como dito, a ascensão de Bolsonaro faz parte de um movimento maior de consolidação da extrema direita à frente de alguns países. Esse cenário, em termos de política internacional, gerou uma aliança informal sob a liderança dos Estados Unidos de Donald Trump e que, no caso brasileiro, com a vitória democrata sobre os republicanos, deteriorou o lastro que Bolsonaro e Araújo encontravam na Casa Branca. Vale pontuar, no entanto, que esse apoio se dava muito mais em termos retóricos que efetivos (BERRINGER et. al, 2019).

O próprio apoio dos americanos à entrada do Brasil na Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico não era decorrente de uma proximidade bilateral, mas sim o cumprimento de um acordo no qual o Brasil estaria responsável por abandonar o seu tratamento especial e diferenciado na OMC. Tal tratamento é uma ferramenta de nivelamento da Organização Mundial do Comércio, uma vez que os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento teriam maiores dificuldades na abertura dos seus mercados. Sendo assim, o Brasil estaria abdicando do seu status de país em desenvolvimento para negociar em pé de igualdade com as grandes potências econômicas.

Além desse processo, destaca-se também a crise da Venezuela e o apoio brasileiro à posição americana. Nesse sentido, o governo brasileiro, rompendo com a tradição diplomática, reconhece Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e, em reunião na Casa Branca, Bolsonaro declarou todo apoio necessário para a resolução da questão (*apud.* BBC, 2019). O MRE, por sua vez, buscou contornar a fala do presidente com a nota: “O Brasil apoiará política e economicamente o processo de transição para que a democracia e a paz social voltem à Venezuela” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

Se é possível perceber uma proximidade com Washington, na gestão Bolsonaro, a República Popular da China (RPC) ocupou um espaço dúbio, marcado pela narrativa conflitiva e pró-Ocidente da cúpula ideológica e pelo pragmatismo defendido por alas economicamente favoráveis ao relacionamento com a China.

Na compreensão ideológica, Pequim é colocada como antagonista da política externa pró-Occidente, afinal, o país representa uma potência oriental, comunista e que rivaliza economicamente com os Estados Unidos. Nesse sentido, Bolsonaro utilizou-se da retórica do surgimento da pandemia do COVID-19 na China para se opor, criar e tornar a RPC uma inimiga ideológica.

Já o pragmatismo emerge na tentativa de remediação por parte de setores importantes economicamente. Pequim é o principal parceiro comercial do Brasil e possui uma pauta de importação baseada em soja e minério de ferro (COMEXSTAT, 2021) e não é lucrativo para o agronegócio brasileiro o esvaziamento das relações comerciais com a RPC.

Com isso, vale citar o episódio da visita do vice-presidente Mourão à China em ocasião da reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), ainda no ano de 2019. Tal missão diplomática representou uma tentativa de pragmatismo diante do principal parceiro comercial do Brasil, principalmente com a reativação da comissão. A COSBAN foi criada ainda na gestão Lula e o principal objetivo é estabelecer um canal eficaz de comunicação entre os dois países e aprofundamento das relações bilaterais.

No tocante à política externa brasileira para a pandemia do COVID-19, Bolsonaro escolheu uma opção contrária à ciência, porém em concordância com a sua aliança internacional ideológica. A escolha pela hidroxicloroquina é pautada na percepção populista do executivo brasileiro para o combate à pandemia, pois o medicamento emergiu de pesquisas conduzidas sem o devido rigor científico e com um grande financiamento de empresário do Vale do Silício, conforme aponta Casarões e Magalhães (2021). “The urge in seeking a solution for the COVID-19 outbreak and the populist tendency to offer simple solutions to complex problems led leaders in Brazil and the U.S. to run counter to expert advice [...]” (CASARÕES, MAGALHÃES, p. 207, 2021).

O fracasso da hidroxicloroquina na eficácia do combate à pandemia reduziu a margem de atuação e de implementação da agenda bolsonarista. A escolha anticiência deu ao Brasil recordes de mortes e colocou o país no centro pandêmico durante a maior parte do ano de 2021. Isso deu ao país a condição de pária internacional e isolou Brasília internacionalmente.

Em resumo, a política externa de Jair Bolsonaro atravessa dois períodos distintos: um primeiro de manifestações ideológicas e o segundo de adoção do pragmatismo imposto, que será efetivamente adotado na saída de Ernesto Araújo e na escolha de Carlos Alberto Franco França. Esse pragmatismo é imposto a partir das pressões internas e da falta de ancoragem ideológica no internacional. O primeiro período da diplomacia brasileira pós-2019 encontrava lastro na Casa Branca e na aliança informal formada pelos países com líderes nacionalistas, porém a pandemia do COVID-19 não afetou apenas a

possibilidade de eleição de Donald Trump, mas também o apoio político a essas lideranças, tradicionalmente ligadas ao movimento anti-vacina.

A AUTONOMIA E OS DESAFIOS DOS ESTADOS EM DESENVOLVIMENTO

A ordem internacional e o capitalismo se desenvolveram em um movimento de expansão concêntrica, na qual a Europa e, posteriormente, todo o Atlântico Norte se consolidou como centro do Sistema Internacional. Em oposição a isso, e de maneira residual, desenvolve-se a periferia do sistema, na qual contempla os países de capitalismo tardio, com passado colonial. Nesse sentido, coube a periferia, enquanto regra geral, a condução das suas políticas externas de maneira reativa e com um grande obstáculo a ser ultrapassado: o desenvolvimento desigual das nações.

Para se pensar na autonomia como objeto de análise, deve-se pensar primeiramente em aspectos estruturais e condicionantes da atuação autônoma dos Estados: i - deve haver um sistema desigual: não é possível pensar a autonomia nos termos que foram debatidos até então sem pensar em desigualdade de poder e econômica, na qual a dependência, a completa oposição à autonomia, coloca-se como a consequência da desigualdade; ii - quanto maior o nível de globalização e interdependência, maior será a necessidade de autonomia. Isso ocorre pois com um nível maior de estruturas globais e regimes internacionais menor será a margem de manobra dos Estados em desenvolvimento; e iii - a autonomia possui gradação e oscila ao longo da história. Pode-se imaginar a autonomia como uma régua na qual os pólos são a total autonomia e a completa dependência. Conforme será argumentado ao longo do texto, a autonomia depende também de condições externas, afetando assim o nível de independência das nações.

Com isso, em suma, o grande desafio da política externa brasileira é almejar o maior nível de autonomia possível, dentro de uma estrutura internacional que “[...] consiste essencialmente em uma rede complexa de interesses inter relacionados dentro de um quadro profundamente assimétrico e que privilegia o centro na relação com a periferia” (JAGUARIBE, 1979 p. 95).

Tendo em vista as condicionantes estruturais, como pode então ser compreendido o conceito de autonomia? Essa será a pergunta que deve ser respondida ao longo da presente seção do texto, de modo a realizar um debate conceitual à luz das teorias das relações internacionais e com o objetivo de abarcar e esgotar todas as possibilidades epistemológicas para a análise da política externa bolsonarista.

Com isso, a autonomia, segundo Puig (1986), pode ser compreendida como uma margem especial de decisão, na qual o objetivo é o desenvolvimento nacional. Na mesma análise, Puig compreende a integração regional e solidária das economias latino-americanas como o principal ponto de ancoragem para a construção de um projeto de desenvolvimento para a região.

Apesar da análise de Puig ser precisa quando se trata da autonomia para a política externa, é necessário fazer distinção entre os conceitos que são abarcados pelo termo. Nesse sentido, Russel e Tokatlian (2003) compreendem que a autonomia possui três definições: i - a autonomia e a soberania como duas concepções complementares. Nessa percepção, a autonomia é compreendida como a liberdade doméstica na condução da política do país, ou seja, a não-interferência em assuntos internos ao país; ii - a autonomia como possibilidade do Estado articular suas próprias definições de objetivos. Essa compreensão pode acontecer tanto no plano interno, na qual a autonomia é relativa à definição desses objetivos diante dos interesses dos grupos políticos e, no plano externo, sem a influência das outras nações na sua inserção internacional; iii - a autonomia com interesse *per se*, ou seja, a maior margem de liberdade para a definição dos interesses é o objetivo buscado pelas unidades nacionais.

Esse cenário está intrínseco à desigualdade estrutural da ordem internacional e, na compreensão realista sobre a autonomia de Hélio Jaguaribe, é a desigualdade a característica ordenativa do sistema internacional e é a partir disso que a autonomia coloca-se em níveis distintos para contextos diversos. Nesse sentido, Jaguaribe (1979) argumenta que é possível analisar a ordem internacional a partir de quatro níveis hierárquicos: países com primazia geral; países com primazia regional; países com autonomia e países com total dependência.

Segundo o autor, o primeiro nível, após a Segunda Guerra Mundial, é ocupado exclusivamente pelos Estados Unidos e é definido pela sua capacidade de controlar a influência do internacional no seu território e pela sua capacidade de projeção de poder, a qual só pode ser contida em alguns momentos com um efetivo exercício da primazia regional. A primazia regional, por sua vez, é relativa a capacidade de um Estado de projetar poder dentro de uma região de influência, bem como pela inexpugnabilidade do seu ambiente doméstico. A autonomia, enquanto status de estratificação na ordem internacional, pode ser dividida em dois tipos distintos: a autonomia setorial e a autonomia regional. A autonomia setorial é relativa à capacidade de um país em reduzir as influências externas em setores econômicos. Os países da OPEP são o principal exemplo. Já a autonomia regional é a atuação autônoma localizada em um recorte geográfico, *status* no qual se compreende o Brasil.

Cepaluni e Vigevani (2016), por sua vez, compreendem a autonomia como a capacidade de um país de desenvolver uma política externa livre de constrangimentos. Além disso, segundo os autores, pode-se compreender três tipos distintos de autonomia na política externa brasileira: a autonomia pela distância, a autonomia pela participação e a autonomia pela diversificação. A autonomia pela distância, segundo os autores, é caracterizada por um forte sentimento nacionalista, culminando em um desenvolvimento econômica autárquico e com predomínio das relações Sul-Sul em oposição à participação nas grandes agendas internacionais. Já a autonomia pela participação estabelece que há

um predomínio no envolvimento das grandes agendas internacionais e na aceitação de regimes de modo a tentar influenciá-los. Por fim, a autonomia pela diversificação se baseia na capacidade de ampliação do número de parceiros sem causar nenhum tipo de ruptura com os países centrais.

Nessa perspectiva é possível analisar como a projeção internacional do Brasil atravessou períodos distintos na definição da estratégia para a sua inserção internacional. Isso decorre de duas variáveis definidas por Jaguaribe (1970) que impactam diretamente as possibilidades de autonomia de um país: a viabilidade nacional e a permissividade externa.

En términos estructurales, el acceso a la autonomía depende de dos condiciones básicas: la viabilidad nacional y la permisibilidad internacional. [...] En lo fundamental, la viabilidad nacional de un país depende, para un determinado momento histórico, de la medida en que disponga de un mínimo crítico de recursos humanos y naturales, incluida la capacidad de intercambio internacional. [...] La categoría de permisibilidad internacional es de más difícil caracterización abstracta. Se refiere fundamentalmente a la medida en que, dada la situación geopolítica de un país y sus relaciones internacionales, este país disponga de condiciones para neutralizar el riesgo proveniente de terceros países, dotados de suficiente capacidad para ejercer sobre él formas eficaces de coacción. (JAGUARIBE, 1970, p. 97)

Nesse sentido, conforme mencionado, a mudança estratégica da busca pela autonomia ao longo da história diplomática brasileira pode ser compreendida por essas duas variáveis. Ao se analisar a política externa do regime militar foi encontrado um cenário de Guerra Fria, de aumento da détente, de ascensão do movimento dos Não-Alinhados e uma busca pela industrialização do país no plano interno, o que condicionou a elaboração da autonomia pela distância.

A autonomia pela participação, por sua vez, encontrou um cenário de mudanças tanto internas quanto externas. Internas, pois o Brasil reencontrava o caminho democrático após 21 anos de regime militar, e externa com o fim da Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim. Nesse sentido, a diplomacia brasileira atuou buscando uma maior participação nos centros de poder mundial e aceitando a modernização econômica do Consenso de Washington.

A autonomia pela diversificação, por sua vez, busca ampliar o escopo de atuação internacional através da pluralidade de parceiros e do multilateralismo, rompendo com a lógica antagônica de primazia do Norte ou do Sul, mas construindo uma inserção internacional de Eixos Combinados (PECEQUILO, 2008). Nesse sentido, a diplomacia conduzida por Amorim encontrou um cenário pós-11 de setembro e de unilateralismo americano com a Guerra Global ao Terror, enquanto o Brasil se estabilizava economicamente com o Plano Real e ganhava visibilidade através do grupo de países em desenvolvimento: BRICS.

Dessa forma, percebe-se como a autonomia perpassou a história recente da diplomacia brasileira. Com isso, pode-se então definir a autonomia como a redução das forças relativas ao constrangimento da margem de manobra da projeção internacional do país. Nesse sentido, essas forças podem ter origens internas ou externas e afetam tanto a escolha dos objetivos que definem o interesse

nacional quanto a sua busca e, como dito, esse processo depende da viabilidade interna e da permissividade internacional. Nesse sentido, a diplomacia brasileira buscou angariar maior poder de barganha através de estratégias distintas e, nesse sentido, o presente artigo compreende que a política externa bolsonarista tentou utilizar-se da ideologia como eixo norteador das relações diplomáticas, algo que invariavelmente atrelará ao Brasil o sentido de pária internacional, pois a ideologia adotada baseia-se em termos de política externa, na negação da ordem internacional liberal.

A partir dessa perspectiva, o presente artigo busca pensar uma nova forma de autonomia na qual o governo Bolsonaro buscou implementar: a autonomia pela ideologia. Tal conceito pode ser compreendido como a inserção internacional com foco diplomático nos países alinhados a uma doutrina de pensamento em específico e, conseqüentemente, com o abandono do pragmatismo e da diversidade de parcerias. A autonomia, por si só, como foi apresentado, é a inserção internacional de um país livre de constrangimentos externos. Na autonomia pela ideologia a intersecção filosófica entre unidades nacionais torna-se articuladora das possibilidades de cooperação no cenário internacional e, no caso brasileiro, o objetivo a ser alcançado é a defesa de valores ocidentais, conservadores e anti-globalistas.

Há de se estabelecer, no entanto, as diferenças entre a autonomia pela ideologia e o alinhamento automático. Conforme foi apresentado no conceito de política externa ideológica, o cerne da atuação internacional do país está vinculado a uma opção dogmática, em detrimento a uma posição pragmática (GIARDINI, 2011). A diferença reside em dois aspectos. O primeiro, como aponta Guimarães e Silva (2021) o alinhamento brasileiro não era apenas aos Estados Unidos, mas a Donald Trump, encontrando respaldo para o pensamento conservador e em defesa do Ocidente.

That said, Bolsonaro's foreign policy is not a simple strategic realignment with the United States, such as those seen in the past. It is something more complex that involves the rise of far-right and nationalist governments worldwide. It is important to note that, for Bolsonaro, Brazil's foreign policy was more pro-Trump than pro-United States. In other words, his alignment with Trump is aimed at including Brazil in a conservative view of the West, and Trump, as US president, just happened to be particularly in tune with this view. (GUIMARÃES; SILVA, p. 354, 2021)

O segundo aspecto é a relação conflituosa com importantes parceiros do Brasil. Nesse sentido, o principal exemplo é a construção da narrativa em torno da China como inimiga dos valores ocidentais. Tal pensamento está além da relação de alinhamento aos Estados Unidos, em uma tentativa de esvaziamento das relações sino-brasileiras.

Ao fim e ao cabo, a adoção da ideologia como instrumental para a autonomia apresenta alta volatilidade, ou seja, a realidade internacional pode impor o pragmatismo às unidades e, com isso, reduzir a margem de manobra dos Estados, enfraquecendo a intersecção ideológica.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou elaborar e contribuir ao debate nas Relações Internacionais a partir do desenvolvimento conceitual da autonomia e como esta perpassou a história diplomática do Brasil. Nesse aspecto, conforme apresentado, a estratégia para a escolha da autonomia está relacionada com a construção de um cenário possível de implementação que se baseia na permissividade internacional e na viabilidade interna. A eleição de Jair Bolsonaro representou uma viabilidade e uma aceitação no contexto político interno do Brasil, enquanto a ascensão da extrema-direita em outros países garantia ao presidente um maior lastro para a escolha do projeto político anti-globalista.

Nesse sentido, a primeira tentativa da diplomacia desenvolvida após 2019 e com Ernesto Araújo à frente da pasta das Relações Exteriores foi a busca pela autonomia pela ideologia, na qual, a partir de alianças ideológicas, o Brasil firmaria sua posição no Sistema Internacional em defesa de uma agenda anti-globalista.

Se, conforme argumentado até então, a diplomacia bolsonarista encontrou apoio político na relação com seus pares, principalmente na Casa Branca durante a gestão Trump, a mudança de governo com a eleição do democrata de Joe Biden representou uma derrota internacional do projeto político desenvolvido por esse grupo de líderes ultraconservadores. Isso, somado às escolhas diplomáticas feitas pelo executivo nacional, principalmente no tema do meio ambiente e da pandemia do COVID-19 atribuiu ao Brasil a posição de pária internacional.

Com isso, a tentativa da autonomia pela ideologia apresentou-se como um projeto político sem sucesso, no qual a consequência foi o isolamento do país e o distanciamento dos principais fóruns internacionais. Desde então, importantes setores da economia brasileira, bem como a estrutura internacional remediaram a posição ideológica brasileira, criando a necessidade de uma política externa pragmática e que seja capaz de responder aos desafios contemporâneos de maneira responsável e propositiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. Brasília, **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, n. 6, p. 325-357, 2017.

PASSARINHO, Nathalia. **BBC NEWS BRASIL**. O que o Brasil perde e ganha se entrar na OCDE, o ‘clube dos países ricos’. BBC News Brasil, São Paulo, 15 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51121488>>. Acesso em: 08/11/2021.

BBC NEWS BRASIL. Crise na Venezuela: Brasil e EUA reconhecem líder da oposição Juan Guaidó como presidente interino do país. São Paulo, 23 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46980502>> Acesso em: 30/10/2021.

CASARÕES, Guilherme; FARIAS, Déborah. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. Cambridge, **Cambridge Review of International Affairs**, 2021.

CASARÕES, Guilherme. “O tempo é senhor da razão? A política externa do governo Collor, vinte anos depois”. Orientador: Paolo Ricci. 2014. 238f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo.

CASARÕES, Guilherme. Eleições, política externa, e os desafios do novo governo brasileiro. Buenos Aires, **Revista Pensamiento Propio**, vol. 49-50, ano 24, janeiro, 231-273, 2019

CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. The hydroxychloroquine alliance: how far-right leaders and alt-science preachers came together to promote a miracle drug. Rio de Janeiro, **Brazilian Journal of Public Administration**, vol. 57, n. 1, p. 197-214, 2021

CHADE, Jamil. EUA solicitam ao Brasil apresentar resolução na ONU contra Maduro. **UOL**, São Paulo, 17 de setembro de 2019, Disponível em:

<<https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/17/eua-solicitaram-ao-brasil-apresentar-resolucao-na-onu-contra-maduro/>>. Acesso em: 08/12/2021.

COMEXSTAT, **Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: China**. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>>. Acesso em: 25/10/2021

FOLHA DE SÃO PAULO. Leia a íntegra do discurso de posse do ministro Ernesto Araújo em sua posse no Ministério das Relações Exteriores. São Paulo, 3 de janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-em-sua-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 30/10/202

FONSECA, Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e ética entre as nações**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GARDINI, Gian Luca. Latin American Foreign Policies between ideology and pragmatism: a framework for analysis. In: GARDINI, Gian Luca; LAMBERT, Peter. **Latin American foreign policies: between ideology and pragmatism**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2011

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/Contraponto, 1999.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira. Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro’s ultra conservative and the new politics of alignment. Oxford, **International Affairs**, v. 72, n. 2, p. 345-363, 2021

JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía céntrica, **Estudios Internacionales**, 12, 46, 1979, p. 91-130.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. Brasília, **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 42, vol. 2, p. 5-17, 1998.

MÍGUEZ, María Cecilia. Autonomy in foreign policy: a Latin American contribution to International Relations Theory. Oxford, **International Studies**, 2021

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Nota à imprensa nº20. Brasília, 23 de janeiro de 2021. Disponível em:< https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/nota-a-imprensa-venezuela-guaido> Acesso em: 08/11/2021

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no Século XXI: Os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. Brasília, **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 51, n. 2, p. 136-153, 2008

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX, **Integración Latinoamericana**, enero-febrero de 1986.

ROSSI, Amanda; MOTA, Veras Camilla. **BBC News Brasil**. Por que a Visita de Mourão à China é considerada decisiva para as relações entre os dois países. São Paulo, 18 de maio de 2019.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48318410>>. Acesso em: 01/12/2021

RUSSEL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. From antagonistic autonomy to relational autonomy: a theoretical reflection from the Southern Cone. Miami, **Latin America Politics and Society**, 2003.

SCHUTTE, Giorgio Romano et. al. Relações Brasil-China no governo Bolsonaro: da ideologia ao pragmatismo. In: BERRINGER, Tatiana; SCHUTTE Giorgio Romano; MARINGONI, Gilberto (org.). As bases da política externa bolsonarista. Santo André: UFABC, 2021 p. 229-250

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira**: a busca de autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: UNESP, 2011.